

ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rosiane Ferreira dos Santos¹
Lucirleia Alves Moreira Pierucci²

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido tomando por base as experiências vivenciadas em meus estágios supervisionados I e II e no decorrer de dois anos de participação no projeto PIBID. Inicialmente temos um breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil; num segundo momento, o foco será as experiências de estágio em turmas de educação de jovens e adultos, abordando a importância do estágio na formação docente, para tanto, utiliza-se os Relatórios de Estágio e o Diário de Campo, como fonte documental primária.

Palavras-Chave: Matemática. Educação de Jovens e Adultos. Estágio Supervisionado.

1 Introdução

A escolha do tema desse artigo justifica-se pela minha trajetória ao longo do curso, sendo que fiz os Estágios Supervisionados I e II em turmas de Educação de Jovens e Adultos e participei do projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) de 2014 até o primeiro semestre desse ano, onde aplicamos projetos e atividades em três turmas de EJA em uma escola pública de Águas Formosas.

Durante todo esse período pude perceber uma grande dificuldade no desenvolvimento das aulas de matemática. Os alunos chegam com uma defasagem muito alta e se deparam com professores desmotivados e/ou despreparados para lidar com esse público.

O objetivo desse trabalho é relatar a minha experiência vivida durante esses dois anos de PIBID e dois estágios supervisionados em turmas de Educação de Jovens e Adultos.

¹ Aluno(a) do Curso de Matemática – UFVJM Polo de Apoio Presencial – E-mail: rosi.anesantos@hotmail.com

² Orientador(a) da Pesquisa – Professora da UFVJM E-mail: leiapierucci@gmail.com

Nesse artigo apresento o que pesquisei e observei no decorrer da minha prática pedagógica e através das experiências obtidas ao longo desta caminhada acadêmica.

No 2º capítulo, que segue a essa introdução, encontramos um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Dando prosseguimento, apresento os motivos e justifico a escolha do tema sobre o qual desenvolvi o meu trabalho de conclusão de curso, bem como um relato de minhas experiências ao longo curso. Apresento também uma análise sobre minha vivência nesse período.

As considerações finais apresentam a conclusão desse trabalho desenvolvido durante os períodos finais desse curso de Licenciatura em Matemática.

2 Histórico da EJA no Brasil

2.1 Legislação e caracterização:

Uma das leis que regulamenta a Educação de Jovens e Adultos é a LDB (Lei nº 9.394/96). Seu artigo 37 a define como a modalidade de ensino que “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Seu principal objetivo é assegurar o artigo 208 da Constituição Federal de 1988. De acordo com este artigo:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”

A Resolução CNE/CEB Nº1, de 5 de julho de 2000, institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, determinando que a EJA:

“considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus

estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.” (BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000).

Segundo este Parecer a EJA tem três funções:

- Função reparadora: visa restaurar um direito negado ao longo dos anos - o direito à escola de qualidade de forma igualitária,
- Função equalizadora: garante a uniformidade e igualdade das condições de acesso e permanência na escola e
- Função qualificadora: assegura o direito à educação de forma permanente, de modo a atualizar os conhecimentos por toda a vida (educação continuada).

2.2 EJA no Brasil:

Mesmo acontecendo de forma assistemática e sem participação do governo, a preocupação com a educação voltada para jovens e adultos vem desde o período colonial, onde os jesuítas tentaram primeiramente alfabetizar os indígenas adultos e depois os negros escravizados. O ensino dos jesuítas não tinha como objetivo apenas a escolarização desses indivíduos, mas também a propagação da fé cristã através da catequese.

“Os métodos jesuíticos permaneceram até o período pombalino com a expulsão dos jesuítas, neste período, Pombal organizava as escolas de acordo com os interesses do Estado, com a chegada da família Real ao Brasil a educação perdeu o seu foco que já não era amplo.” (MARTINS, AGLIARDI; 2013).

“Após a proclamação da Independência do Brasil foi outorgada a primeira Constituição Brasileira e no artigo 179 constava que a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos. Mesmo a instrução sendo gratuita não favorecia as classes pobres, pois estes não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, inacessível a quase todos, no decorrer dos séculos houve várias reformas.” (MARTINS, AGLIARDI; 2013).

A Constituição de 1937 favoreceu o Estado, pois o colocou como responsável secundário pelo ensino, ou seja, abdicou o Estado a manter e ampliar o ensino público.

Na época do Regime Militar surgiu o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) um projeto que visava acabar com o analfabetismo entre jovens e adultos integrando-os à comunidade através de cálculos simples, leitura e escrita, mas que não se preocupava com a formação crítica destes alunos.

Sobre o Mobreal, Bello (1993) cita que:

“O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas.” (BELLO, 1993, p.38).

O processo de industrialização do país (começo do século XX) gerou uma necessidade de mão de obra especializada. Com isso foram criadas escolas para capacitar jovens e adultos, pois houve uma grande migração da zona rural para a zona urbana.

Outro fator que incentivou o investimento nesse tipo de educação foi a política: a necessidade de aumentar a base eleitoral favoreceu o aumento das escolas de EJA, pois naquela época o voto era apenas para homens alfabetizados.

Já na década de 40, o Brasil já havia lançado a primeira campanha de educação de adolescentes e adultos. Esta campanha propunha a alfabetização em apenas três meses, além do término do curso primário em menos tempo do que o convencional. Mas houve muitas críticas a essa campanha tanto por parte de políticos como por parte de educadores e da sociedade civil em geral, sendo então extinta em 1963.

Com o fim dessa campanha Paulo Freire, o mais célebre educador brasileiro, passou a ser o responsável por organizar e desenvolver um programa nacional de alfabetização de adultos. Contudo esse trabalho de Freire passou a ser visto como uma ameaça já que ele “propunha uma nova pedagogia que levava em consideração a vivência e realidade dos alunos, que deveria ser um sujeito ativo no processo de educação” (CRUZ, 2012). Com o golpe militar de 1964 Paulo Freire foi exilado e assim o governo passa a controlar e centralizar a alfabetização através do MOBRAL.

O MOBRAL acabou em 1985 dando lugar às ações da Fundação Educar que apoiava as iniciativas de alfabetização já existentes. Esta fundação não executava diretamente o programa, mas firmava parcerias com ONGs, empresas, etc.; sendo extinta em 1990.

A promulgação da constituição de 1988 amplia o dever do Estado com a EJA. De acordo com seu artigo 288:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”

A partir da década de 90 a importância da EJA passou a ser reconhecida em vários países através das conferências realizadas pela UNESCO. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 define a EJA em dois de seus artigos:

“Lei 9.394/1996

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.”

“Com isso, o antigo supletivo passou a se chamar Educação de Jovens e Adultos ganhando um sentido mais abrangente, com o intuito de preparar, inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho.” (CRUZ, 2012).

“Nos anos 90 foram realizadas as conferências internacionais de educação, e o Brasil assumiu compromisso com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, firmada em Jomtien, em 1990, com o propósito de reduzir as taxas de analfabetismo.” (SAMPAIO, 2009).

Em 1997 foi criado “um Programa que se chamou Alfabetização Solidária e propunha a parceria entre o próprio Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), empresas, universidades e prefeituras. Mais uma vez um chamado à sociedade civil para se engajar na concretização de ações de EJA.” (SAMPAIO, 2009).

Em 2000 o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos, através do Parecer CNE 11/2000.

“Desde 2004 o Governo Federal vem trabalhando com o projeto Brasil Alfabetizado no qual Organizações Não Governamentais e prefeituras podem contratar professoras leigas

que recebem uma rápida formação inicial”. (SAMPAIO,2009). Porém esse projeto também se propõe a alfabetização em pouco tempo.

A partir de 2007,

“foi realizada uma avaliação e um redirecionamento do Programa Brasil Alfabetizado levando o investimento público federal para os sistemas públicos estaduais e municipais e diminuindo consideravelmente o financiamento de Organizações Não Governamentais”. (SAMPAIO, 2009).

Mas esses programas ainda são considerados muito ineficientes, pois existe uma taxa de analfabetismo funcional muito grande, ou seja, aprenderam a ler e escrever, mas não sabem aplicar esse conhecimento no seu cotidiano. E falta um maior investimento público na área para garantir sua qualidade e uma melhor formação de seus professores. Aqui na minha cidade, por exemplo, a EJA só conta com professores formados a partir a partir do 6º ano, pois a grande maioria dos alfabetizadores não tem formação específica.

Outro exemplo é o valor recebido por aluno: “Inserida na proposta do Fundeb, que entrou em vigor a partir de julho de 2007, a EJA recebe sempre um valor por aluno menor que o destinado ao Ensino Fundamental de crianças, podendo essa diferença, como no caso do Distrito Federal, chegar a menos da metade” (BRASIL, 2009).

3.Construção do Objeto de Pesquisa:

3.1 Justificativa e motivação:

Como falado anteriormente, escolhi esse tema pelo fato de que eu já tivera muito contato com as turmas de EJA, tanto no Estágio Supervisionado quanto através das atividades desenvolvidas pelo PIBID.

Até então eu nunca tinha lidado com a EJA. Conhecia alguns alunos e alfabetizadores dessa modalidade, mas nunca tive a curiosidade de conhecê-la mais profundamente. Meu contato com a EJA foi meio que por acaso, pois quando iniciei no PIBID realizávamos atividades em turmas do ensino fundamental (7º ano e 9º ano), mas acabaram transferindo o professor para o turno da noite e só tinha turmas de EJA nesse horário. No início foi um pouco estranho, pois eles são mais lentos para desenvolver as atividades. Porém com o passar do tempo me acostumei com eles e me apaixonei com o empenho e força de vontade de alguns alunos mais velhos que apesar de algumas limitações se mostraram muito mais interessados do que os alunos mais novos que tinham na sala.

3.2 Relato de Experiência

Em 2014 dei início às atividades do PIBID, projeto que segundo o site da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) tem como objetivos:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Durante o desenvolvimento do PIBID conhecemos o espaço físico da escola, e seus funcionários. Observamos algumas aulas, e a partir das dificuldades que percebemos nas turmas montamos um projeto de intervenção pedagógica. Os projetos desenvolvidos não se restringiam apenas à sala de aula geralmente envolviam toda a escola. Fizemos um projeto sobre o uso consciente da água, por exemplo, que acabou envolvendo todo o turno noturno, convidamos pessoas de fora da escola para dar palestra e as atividades foram realizadas em parceria com os professores de biologia e português.

Já no 1º semestre de 2015 iniciei o meu estágio supervisionado e devido ao fato de não ter nenhum professor que lecionasse para o ensino fundamental e o médio na mesma escola tive que fazê-lo em duas escolas, já que aqui em Águas Formosas tem apenas essas duas com aulas de 6º ao 9º ano e uma delas tem o ensino médio.

Em uma escola observei turmas do ensino médio no período matutino e à noite observei turmas de ensino fundamental na modalidade EJA.

O estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino médio regular e supletivo é regulamentado pelo Decreto N° 87.497, de 18 de agosto de 1982, que regulamenta a Lei n° 6.494, de 07 de dezembro de 1977. Segundo esse decreto, no art. 2º:

Considera-se estágio curricular (...) as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações

reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

O estágio supervisionado é uma disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura em Matemática que visa proporcionar aos seus universitários oportunidades para relacionar a teoria e prática com a realidade do cotidiano escolar, visando prepará-los para o exercício da profissão docente. “O estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia adia.” (PIMENTA E LIMA, 2004).

Bianchi (1998), diz que se o estágio supervisionado for visto como:

...uma atividade de que pode trazer imensos benefícios para a aprendizagem, para a melhoria do ensino e para o estagiário, no que diz respeito à sua formação, certamente trará resultados positivos, além de estes tornarem-se ainda mais importantes quando se tem consciência de que as maiores beneficiadas serão a sociedade e, em especial, a comunidade a que se destinam os profissionais egressos da universidade. (TRACZ e DIAS, 2006, p. 2)

No primeiro período de estágio fiz apenas observação e análise das aulas, num total de 30 aulas, realizei a caracterização física e pedagógica (análise do projeto político pedagógico) da escola e também entrevistei alunos, o professor supervisor e a supervisora da escola. Essas entrevistas deram um perfil dos alunos: sexo, faixa etária, cor, quantidade de filhos, renda familiar, motivos de terem abandonado os estudos, etc. E na grande maioria são alunos de baixa renda, negros, que tiveram que abandonar a escola por causa de cuidados com a família e por causa do trabalho.

Durante o estágio, o futuro professor passa a enxergar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos profissionais que a compõem (JANUARIO, 2008). Esse primeiro momento do estágio mim deu a oportunidade de conhecer o perfil de alunos e funcionários da escola.

Já no Estágio II além de observar algumas aulas tive que elaborar planos de aulas e fazer regência de três aulas em cada turma. Francisco e Pereira (2004) denominam esta fase transitória entre ser aluno e ser professor, é neste momento que deixamos de ser apenas alunos para experimentar a nossa futura profissão. Segundo Fiorentini e Castro (2003, p.132) “essa mudança de papéis não é tranquila, pois geralmente promove uma tensão entre o que se sabe, deseja e acredita e aquilo que efetivamente pode ser realizado na prática”.

No momento da regência foi onde surgiram as maiores dúvidas e apreensões. Já tinha feito alguns planos de aula como trabalho da faculdade, mas nunca os tinha colocado em prática. Foi a primeira vez que fiquei em uma sala de aula na condição de professora, pois no

PIBID todas as atividades eram feitas em grupos e oficinas, com a participação do professor orientador e mais quatro colegas.

Além do desafio de preparar aulas tive que lidar com o medo de falar em público, de não conseguir dominar os alunos ou explicar bem o conteúdo. É uma insegurança muito grande, nesse momento pude confirmar que realmente há uma diferença muito grande entre teoria e prática, ainda mais quando se trata de educação para jovens e adultos. Nas turmas de ensino regular consegui seguir o planejamento da maioria das aulas, fazendo poucas alterações (excluindo alguns exercícios repetitivos), já na EJA demorei praticamente o dobro do tempo previsto para a realização das atividades.

Nessas turmas de EJA, a maioria dos alunos era da faixa etária de 30 a 45 anos, mas também havia adolescentes de 15 a 18 anos (repetentes e indisciplinados) e até idosos recém-alfabetizados. Então era difícil pôr as atividades em prática: esses alunos são mais lentos para realizar as atividades e tem um déficit de aprendizado muito grande, a grande maioria tem dificuldade até mesmo com operações básicas e a tabuada.

A partir da observação e regência, tínhamos que ver qual a principal dificuldade das turmas e propor uma atividade (plano de ação) para sanar essa dificuldade. Pudemos perceber que o professor, mesmo sendo dinâmico no modo de ensinar, tinha uma metodologia muito tradicional utilizando basicamente o quadro negro e o livro como material didático, então nossa proposta foi desenvolver uma atividade com material manipulável. Dessa maneira a utilização de materiais alternativos pode favorecer também a compreensão do aluno, além de tornar as aulas mais atraentes e agradáveis na busca da melhoria entre a relação do ensino e da aprendizagem matemática (RÊGO; RÊGO, 2006).

Nesse momento do estágio, realizei essa atividade com mais dois colegas que estagiaram nessas mesmas turmas. Sentimos a necessidade de trazer uma aula diferenciada das que esses alunos estavam acostumados: onde apenas o professor explicava e eles pouco participavam, pois a sociedade atual exige que os alunos sejam mais ativos em sua aprendizagem. Montamos uma atividade para a turma de 7º ano, já que esta se mostrou a mais interessada. Eles estavam estudando área e perímetro de figuras planas, mas notamos que aquilo se mostrava como algo muito superficial para eles: não conseguiam entender o que era e para que serviam esses conceitos então desenvolvemos uma atividade com o TANGRAM com o objetivo que eles associassem mais facilmente teoria e prática.

Na primeira aula contamos a história do TANGRAM e cada aluno recebeu uma cópia em papel A4 para pintarem e colar em outra folha para ficar mais firme. Na segunda aula, trabalhamos o conceito de área e perímetro e aplicamos algumas atividades. Na terceira aula, fizemos atividades de comparação de áreas e pedimos para que formassem o TANGRAM no formato original e outras figuras como coelho, gato, homem correndo, etc. Constatamos que quando os alunos lidam com materiais manipuláveis eles se interessam mais pela aula e torna mais fácil o entendimento do conteúdo, pois eles estão vendo a utilidade prática daquela matéria na vida deles.

O objetivo do Estágio Supervisionado é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades. Espera-se que, com isso, que o aluno tenha a opção de incorporar atitudes práticas e adquirir uma visão crítica de sua área de atuação profissional (OLIVEIRA; CUNHA, 2006).

Conseguimos aplicar a atividade de forma satisfatória e vimos que os alunos gostaram muito da atividade, tanto que depois que terminamos o estágio sempre que nos víam na rua falavam que a gente deveria voltar.

3.3 Dificuldades percebidas na EJA

Foram muitas as dificuldades percebidas nessas turmas:

- A diferença de idade entre os alunos gera problemas na aprendizagem: os adolescentes aprendem mais rápido, os adultos mesmo demorando um pouco mais para aprender o conteúdo conseguem fazer maior parte das atividades, já os idosos, que geralmente são recém-alfabetizados, não conseguem aprender e acabam sendo deixados de lado. Com isso esses alunos mais velhos se sentem desestimulados e acabam evadindo da escola.
- A grade curricular do EJA é menor, são apenas quatro aulas de 40 minutos por dia, num período de seis meses e mesmo assim a infrequência é muito grande principalmente nas segundas e sextas feiras, em vésperas de feriado e de festas locais, é tanto que a supervisora só faz chamada nas salas na terça ou quarta. Essa infrequência acaba gerando evasão, as turmas começam cheias (em torno de 35 alunos) e acabam com uns 15 a 20 alunos.
- Muitos dos alunos adultos se sentem incapazes de aprender devido à idade, às vezes nem tentam fazer a atividade e já falam que não vão conseguir fazer. Isso desestimula tanto os demais alunos quanto professores.
- No caso do professor, senti-o meio acomodado. Talvez pelo fato de ser efetivo há muitos anos, ele parece não se preocupar muito com o desenrolar das aulas. Muitos alunos relataram que ele não gostava quando eles faziam muitas perguntas sobre a matéria, geralmente ele só explicava uma vez. Ele não fazia muita questão de trazer

uma atividade diferente para a sala de aula, e mostrava-se indiferente se os alunos aprendiam ou não.

- As aulas são desestimulantes, o professor utiliza apenas quadro e giz e às vezes traz algumas atividades xerocadas.
- O ensino se dá de maneira muito superficial, exigem pouco dos alunos. Não são aplicadas atividades valendo nota, os alunos são avaliados principalmente pela frequência e participação nas aulas.
- Os livros utilizados nas turmas de Educação de Jovens e Adultos são livros interdisciplinares que trazem várias atividades que tem a ver com o dia-a-dia do aluno. Nessa modalidade, mais importante do que aprender fórmulas é que os alunos saibam aplicar os conhecimentos adquiridos em suas vidas, a maioria das atividades é contextualizada que objetivam uma aprendizagem mais significativa. A contextualização vem desde a explicação da matéria até as atividades de fixação. Porém nem todo o conteúdo é aplicado.

Tanto eu quanto os outros colegas que estagiaram nessas turmas, tentamos mostrar que as aulas de matemática podem ser um pouco mais agradáveis. Tanto pela realização de atividades como a do TANGRAM como na hora da explicação, abordando o conteúdo de forma fácil, explicando quantas vezes fossem necessárias e auxiliando eles na carteira já que muitos tinham vergonha de perguntar na frente da sala toda. Com isso esperamos também despertar no professor um desejo de mudança, já que:

Aos professores pertencentes à instituição onde se realiza o estágio, este se constitui como possibilidade, ao professor e estagiário, de terem acesso a novos conhecimentos resultantes dessa relação. A preocupação e o afã de colaborar, de mudar, de melhorar alguma coisa, comportamento característico de quem, muitas vezes, está iniciando alguma carreira, acaba incentivando ou “forçando” aqueles que já estão há algum tempo envolvidos neste trabalho a repensar algumas de suas práticas, as quais, algumas vezes já não têm correspondência alguma com a realidade ali implicada. (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 105)

O estágio supervisionado vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade (FILHO, 2010).

4.Considerações Finais

Nesse trabalho foi abordado o assunto: “O ensino da Matemática na Educação de Jovens e Adultos”, no qual tivemos num primeiro momento um breve histórico sobre a história da EJA no Brasil e posteriormente os relatos de minhas experiências em turmas dessa modalidade de ensino, adquiridas ao longo de dois anos de participação no projeto PIBID e dois estágios supervisionados.

Vimos que a preocupação com a educação voltada para jovens e adultos vem desde o período colonial. Iniciou-se de forma assistemática e sem investimento do governo e que com o passar dos anos foram criados vários projetos e campanhas que propunham uma rápida alfabetização. A partir dos anos 90, a importância da EJA passou a ser reconhecida pelo governo e por organismos internacionais, sendo amparada pela LDB de 1996 e incluída na proposta do Fundeb de 2007. Apesar de essas iniciativas diminuírem bastante a taxa de analfabetismo no Brasil há muita coisa para se melhorar: se faz necessário uma melhor formação para os professores e alfabetizadores e maior investimento para esses alunos.

Pelo que observei ao longo desse período, o ensino oferecido na EJA nessa escola onde estagiei é pouco eficiente. Um aluno matriculado e que tenha uma boa frequência já é suficiente para que ele “passe de ano”. Percebemos também que os alunos vitimizam-se bastante, acham que pelo fato de trabalharem o dia todo não pode exigir muito deles, que não podem passar tarefas de casa, etc. e com isso os professores acabam desanimando, pois tudo que eles propõem está ruim para esses alunos. As metodologias utilizadas são muito ineficientes e tudo gera um cenário propício à infrequência e evasão por parte dos alunos.

Contudo, tanto o estágio supervisionado quanto o PIBID foram muito bons para minha formação acadêmica, uma vez que permitiu desenvolver minhas habilidades para o magistério além de ter contribuído para o meu crescimento pessoal. Sempre fui tímida e era um grande problema eu ter que falar em público e tinha medo de dar aulas (em parte) por causa disso. Com isso melhorei a minha comunicação e me aperfeiçoei ao transmitir o que eu sei para os outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

-----, **Anexo C: sugestão para elaboração do relato de experiência.** Disponível em: <http://www.cesed.br/portal/documentos/posgraduacao/roteiroelaboracaorelatoexperiencia.pdf>.

Acesso em: 03/11/2016.

-----, **EJA Brasil.** Disponível em: http://ejabrasil.com.br/?page_id=98 . Acesso em: 15/10/2016.

-----, **Histórico da EJA no Brasil.** Disponível em: <http://pedagogiaaopedaleta.com/historico-da-eja-no-brasil/>. Acesso em 15/10/2016.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.478. Instituição do Proeja.* Brasília, 24 de junho de 2005.

_____. **Mapa do Analfabetismo no Brasil.** Brasília: MEC/INEP, 2003. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>>. Acesso em 28/11/2016.

-----, **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Disponível em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>. Acesso em: 31/10/2016.

ANGELO, Cristiane Borges. **O estágio supervisionado na licenciatura em matemática a distância: o caso da disciplina de estágio supervisionado IV da UFPB.** Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/matematica/cnem/cnem/principal/re/PDF/RE68.pdf>. Acesso em: 31/10/2016.

BERNARDY, Katieli; PAZ, Dirce Maria Teixeira. **Importância do estágio supervisionado para a formação de professores.** Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccs/importancia%20do%20estagio%20supervisionado%20para%20a%20formacao%20de%20professores.pdf>. Acesso em 01/11/2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CRUZ, Érica; GONÇALVES, Márcia Ribeiro; OLIVEIRA, Munich Ribeiro de. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas.** Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html>. Acesso em 15/10/2016.

FOGAÇA, Jennifer. **Importância do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura.** Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/importancia-estagio-supervisionado-nos-cursos-licenciatura.htm>. Acesso em 01/11/2016.

MOUTINHO, Simone Maria Bandeira. **A EJA no Brasil.** Disponível em: <http://paulofreirefae.blogspot.com.br/p/eja-no-brasil.html>. Acesso em: 15/10/2016.

SALDANHA, Leila. **Histórico da EJA no Brasil.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historico-da-eja-no-brasil/17677/>. Acesso em: 15/10/2016.

SANTOS, Izabel da Silva. ROLOFF, Micheli Cristina Starosky. **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE MATEMÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA (DES)AGRADÁVEL?.** Disponível em: <http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ciem/vi/paper/viewFile/1229/305>. Acesso em 31/10/2016.

SANTOS, Tawana Telles Batista; BARROS Giuliana de Sá Ferreira. **Relato de experiência: estágio supervisionado em matemática no ensino fundamental.** <http://www2.mat.ufrgs.br/ocs/index.php/ppgemat/ppgemat/paper/download/60/43>. Acesso em: 03/11/2016.

SOGLIA, Ioneide Sales; Santos, Cleide Selma Pereira. **Educação de Jovens e Adultos: expectativas e dificuldades.** Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/60CO.pdf>. Acesso em 15/10/2016.

SOUZA, Ana Maria Rodrigues de. **A importância do estágio na formação profissional.** Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/20570/a-importancia-do-estagio-na-formacao-profissional>. Acesso em 01/11/2016.

MARTINS, Adelaide Terezinha de Oliveira. AGLIARDI, Delcio Antônio. **A LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** Disponível em: http://ucsobservatorios.com.br/uploads/2013/Políticas_de_EJA/Trabalho/07_05_50_A_LEGISLACAO_DE_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_A.pdf. Acesso em 28/11/2016.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: SEPE-RJ, 2004.

PORCARO, Rosa Cristina. **A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Disponível em www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc. Acesso em 16 out. 2009

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA HISTÓRIA DE COMPLEXIDADE E TENSÕES**. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/241/253>. Acesso em 30/11/2016.